
A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul

*Juliana Bublitz**

Resumo: A colonização italiana, assim como a colonização européia em geral, é considerada um dos principais fatores de desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Apesar dos índices econômicos e sociais com os quais sempre se ratificou esse aspecto, persiste uma lacuna discursiva na análise do tema: o impacto ambiental desse empreendimento na região serrana do Estado. O paradigma da sustentabilidade sugere uma revisão historiográfica do tema, na qual a dimensão ambiental se apresenta em complexidade com a dimensão socioeconômica. Nesse sentido, o presente artigo busca introduzir uma abordagem ecológica para a investigação histórica, a fim de relativizar os desenvolvimentos econômico e social das áreas de colonização italiana a partir de levantamento preliminar de seu impacto ambiental.

Palavras-chave: eco-história, colonização italiana, desenvolvimento sustentável.

Abstract: The italian colonization is considered one of the main factors of regional development of Rio Grande do Sul. Despite that, a gap persists in the analysis of the subject: the ambient impact of the colonization. This article wants to introduce an ecological boarding for the historical inquiry, in order to relativize the economic and social development in the areas of italian colonization from the preliminary survey of its ambient impact.

Key words: echo-history, italian settling, sustainable development.

Introdução

Desde que ganhou espaço no Brasil, a colonização européia passou a ser vista como a principal matriz de desenvolvimento regional do País. Não seria exagero afirmar que o empreendimento colonizador, marcado pelo

* Especialista em História do Brasil e bolsista da Capes no Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional da Edunisc. *E-mail:* julianabublitz@hotmail.com

regime de trabalho familiar e livre, pela policultura e pela pequena propriedade, represente um consenso entre historiadores, sociólogos e economistas quanto à sua importância para o desenvolvimento do Brasil meridional, em especial do Rio Grande do Sul. Não raro, atribui-se ao trabalho dos imigrantes europeus a modernização da agricultura, a ampliação do comércio e a expansão da indústria no Estado. O crescimento populacional e a sua relevância para a demografia de determinadas áreas também demonstrariam, por meio de altos índices de longevidade e de escolaridade, a dimensão social daquele empreendimento.

Apesar disso, persiste uma lacuna discursiva na análise do tema. Trata-se do impacto ambiental ocasionado pela colonização. Para se ter uma idéia do rastro de destruição deixado pelo empreendimento, o que resta da cobertura vegetal nativa do Estado – localizada inicialmente nas áreas onde vieram a se estabelecer as colônias (alemãs, italianas e outras) – não ultrapassa a marca dos 5,62%. (RAMPAZZO, 2001, p. 35). Embora não se pretenda aqui cair numa espécie de anacronismo histórico, rotulando os colonos como “culpados” pela devastação das florestas, até porque a maioria deles sequer imaginava que seus atos poderiam implicar futuros problemas de ordem ecológica, pode-se inferir que a imigração e a colonização européias tiveram papel relevante na destruição de uma vegetação e de uma biodiversidade, cujo impacto ambiental ainda não foi avaliado.

O conceito de desenvolvimento sustentável, surgido na década de 70 e popularizado a partir do Relatório Brundtland, em 1987, é definido como sendo “um processo que busca garantir as necessidades das gerações futuras”, sugere uma revisão historiográfica do tema. O novo paradigma pretende ser uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais de desenvolvimento, desgastados numa série infinita de frustrações. (BRÜSEKE, 2001, p. 35). Trata-se de um conceito que deve ir muito além do simples interesse pelo “verde” ou pelas “amenidades ambientais”, como alerta Cavalcanti (2001, p. 153). Numa visão mais otimista, como a de Sunkel (2001, p. 295), é visto ainda como um “imperativo global”, uma saída para a constatação de que a biosfera tem sido “submetida a pressões insuportáveis e prejudiciais para o próprio desenvolvimento”.

Mesmo que, por outro lado, venha sendo alvo de críticas por parte de alguns pesquisadores (FERNANDES, 2002; STAHEL, 2001; FOLDARI, 2001; MONTIBELLER FILHO, 2001; SACHS, 2000), o paradigma da sustentabilidade permitiu que a dimensão ambiental passasse de fato a ser vista em complexidade com a dimensão socioeconômica. Assim, o presente artigo analisa a colonização italiana no Rio Grande do Sul a partir de uma abordagem historiográfica ecológica, que, de certa forma, relativiza o

desenvolvimento econômico das áreas povoadas por imigrantes europeus no Estado.

O colono adentra a mata

Marcas de prosperidade, sem dúvida, mas também de devastação fazem parte da história da colonização européia na região da Serra gaúcha no Rio Grande do Sul. A partir de 1875, milhares de imigrantes italianos subiram a encosta da Serra e estabeleceram-se na área. Coube a eles a tarefa de povoar uma região de montanha coberta de mata densa, fechada e úmida, delimitada no alto por centenas de coníferas, entre elas majestosas araucárias, localizada no Norte da província. Onde “mesmo ao meio-dia reina na mata apenas uma luz enfraquecida, porque entre a densa ramagem quase nunca se enxerga uma réstia de céu azul”, como registrou, em 1893, o biólogo sueco Lindmann (apud MAESTRI, 1999, p. 203).

A floresta impenetrável e a borda da Serra, um paredão de mais de trezentos metros de altitude, até então eram habitadas por indígenas, principalmente por Coroados, que se dividiam em pequenos grupos e, a seu modo, exploravam a Natureza em busca da sobrevivência – o que certamente também implicou um impacto ambiental – mesmo que de baixa escala.

Para os colonizadores europeus, no entanto, a mata subtropical e a encosta representavam barreiras naturais a qualquer tentativa de ocupação. Tratava-se de uma ampla extensão de terras de topografia irregular, difícil de ser alcançada e percorrida para qualquer um que, via de regra, não fosse nativo. Nesse sentido, desde o princípio da ocupação do Rio Grande do Sul, as condições físicas e naturais condicionaram o uso do território (ETGES, 2001, p. 352), e o povoamento se iniciou pela região dos campos naturais. Somente a partir da primeira metade do século XIX é que as áreas cobertas de vegetação, em alguns pontos da Depressão Central e da Serra, passaram a ser povoadas de forma sistemática, devido aos incentivos à imigração européia por parte do Império e do governo provincial.

Apesar da primeira leva de colonos ter chegado ao local em 1875, foi somente nos anos de 1876 e 1877 que a imigração italiana de fato se intensificaria, com a vinda de três a quatro mil pessoas por ano à província. Esse número atingiria cifras ainda mais elevadas, como a que se registrou em 1891, quando chegaram à Serra cerca de nove mil imigrantes. Tais registros indicam que a soma total de italianos – vindos ao estado em 33 anos de colonização – ultrapassa a marca dos setenta mil. (AZEVEDO,

1975, p. 93). Toda essa gente acabou se espalhando, pelo menos inicialmente, por uma área de 370 mil hectares, que envolvia sete colônias. (AZEVEDO, 1975, p. 103). Segundo Manfroi (1987, p. 173), em poucos anos, as primeiras áreas destinadas à colonização “foram inteiramente ocupadas e cultivadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes”. Não se pode subestimar, no entanto, a presença indígena. Mesmo recuando na mata, distanciando-se da ação incisiva, às vezes ofensiva dos europeus, os índios continuavam por perto e também ocupavam a área, inclusive, disputando a posse do território. Paolo Rossato, um imigrante italiano instalado na região, relembra em suas cartas que, “no campo, sete anos atrás, [...] no começo de 1884, só se encontravam bugres, que fugiram para o mato, bem longe, à medida que chegavam os colonos”. (Apud AZEVEDO, 1975, p. 136). Willems (1980, p. 82) também destaca a competição ecológica entre imigrantes e tribos indígenas, ocorrida nas matas hidrófilas, refúgio derradeiro para os índios comprimidos pelas sociedades sertaneja e litorânea.

Ano após ano, com a chegada de cada vez mais imigrantes, muitos dos descendentes de pioneiros e dos próprios recém-chegados passaram a procurar novos locais para se estabelecer. Inicialmente, a marcha seguiu para os arredores das antigas colônias, mas acabou se assentando em outras regiões. Conforme Manfroi (1987, p. 178), “a irradiação italiana atingiu toda a margem meridional do Planalto e, a Leste, alcançou os Aparados da Serra”. Entretanto, segundo ele, “a grande linha de conquista foi a direção Noroeste”. Manfroi ressalta, ainda, que “depois de ter ocupado as últimas reservas florestais do vale do rio Uruguai, se estendeu pelo Oeste catarinense [...] e pelo Sudoeste paranaense”. A amplitude do traçado, incluindo áreas de preservação, revela o impacto ambiental resultante dessa colonização.

Observe-se, por exemplo, o relato do imigrante italiano Emmanuele Santini, chegado em 1875 ao Campo dos Bugres, onde se desenvolveu a Colônia Caxias. O colono descrevia a nova terra de forma desoladora. Entretanto, por meio de suas observações, pode-se perceber o quanto a paisagem serrana, à época do início da colonização, era diferente do que se vê hoje na região. Tratava-se, segundo ele, de “uma mata virgem, com uma infinda série de animais selvagens, casas de paus rachados em forma de tábuas, verdadeiras choças no silêncio das selvas, isolamento, deserto de florestas impenetráveis”. (Apud CAMPOS NETO, 1939, p. 13). Como referiu Maestri (1999, p. 204), a sensação de isolamento tão reclamada pelos colonos era, na realidade, relativa. Mesmo que “o deserto de florestas impenetráveis” assustasse (ou desafiasse) os imigrantes, a dimensão dos lotes coloniais e a distância entre os vizinhos variava de 250m a 500m, não mais do que isso. A sensação relativa de isolamento provinha do fato de

que, na Itália, em geral, os colonos viviam em aldeias, onde havia maior concentração demográfica e proximidade.

Competição ecológica

Com a chegada dos italianos, uma série de alterações começa a ocorrer no meio ambiente. Nesse sentido, o relato de um imigrante, colhido por D. José Barea, revela um pouco mais do ecossistema serrano no final do século XIX e da forma como os colonizadores inseriram-se nesse meio de difícil sobrevivência. Na maioria das vezes, ao que se conclui, a partir das informações fornecidas pelo colono, porcos do mato, macacos, papagaios e aves de variadas espécies acabaram fazendo parte da dieta alimentar dos imigrantes, assim como frutas e legumes. Segundo ele,

se não fossem os pinhões, não sei como teríamos sobrevivido, porque somente em princípios de 1877 começaram as primeiras colheitas de produtos essenciais à nossa alimentação! Quando, porém, veio a bendita safra, constatamos que ela era disputada por muitos pretendentes, entre os quais macacos, papagaios e outros animais e aves que em grande número investiam contra as plantações. Se nos prejudicavam, justiça devemos confessar que muitos deles, apanhados e mortos, mais de uma vez encheram nossas panelas, proporcionando-nos um caldo e uma carne mais que saborosa. Quanto aos porcos, não nos contentava [sic] em afastá-los por meio de tiros de espingardas, disparadas ao cair da noite, nos lugares das plantações onde desejávamos apanhá-los. Outro estratagema era abrir buracos, cobertos de folhagem e, quando por ali passavam, neles caíam, havendo assim muita facilidade em apanhá-los e depois de mortos eram transportados para nossas casas. (FORTINI apud DE BONI; COSTA, 1979, p. 125).

Outra importante informação contida no relato está ligada ao extermínio de ratos na região. A fala do imigrante ressalta que a própria diretoria da Colônia Caxias incentivou a matança desses animais, porque surgiam como uma praga. É provável que o problema tenha ocorrido devido a algum desequilíbrio na cadeia alimentar – e podemos inferir – que esse tenha sido resultado da própria ação humana sobre o ecossistema local. O fato é que a administração colonial ofereceu dinheiro vivo a quem apresentasse os roedores mortos. Dizia o italiano Fortini (apud DE BONI; COSTA, 1979, p. 125) que

uma outra praga era a dos ratões, em quantidade incrível, roendo caixões, sapatos, trazendo, à noite, em verdadeiro sobressalto os que estavam dormindo. No Campo do Bugres, a diretoria da Colonização auxiliou-nos numa empresa para sua exterminação, pagando 500 réis a quarta (oito quilos).

Ainda em relação às pragas, alguns colonos chegavam a apelar para a providência divina para acabar com insetos e outros animais considerados inconvenientes. Além de rezas para a proteção e abundância de suas lavouras, eles solicitavam a bênção de padres para a extinção de eventuais flagelos, como gafanhotos e formigas. Segundo o relato do jesuíta alemão Ambrósio Schupp (apud RABUSKE, 1978),

muitas vezes eles se apresentam ao padre pedindo-lhe que, não só presente dê a bênção aos seus enfermos e contra as formigas e outros insetos que tudo devastam, mas também ausente (à distância) [sic]. E o admirável é que não poucas vezes tal bênção chegou a curar enfermos e conseguiu o desaparecimento das formigas ou dos insetos (daninhos), embora o padre duvidasse ele mesmo dos efeitos de tal ação à distância [sic] ('actio in distans').

No relato colhido por D. José Barea, citado anteriormente, há outro claro registro da competição ecológica deflagrada em terras serranas. Ao longo do depoimento, o colono contou o pavor causado por uma onça que, numa noite qualquer, invadiu sua casa. Embora, na época, a presença desses felinos fosse comum, aparecendo também nos relatos de colonos de outras partes da província, hoje eles já não existem no Estado. Muitos foram abatidos pelos próprios imigrantes. Nesse caso, porém, o animal escapou ileso e com o jantar garantido:

Uma noite estávamos todos dormindo, numa modesta casa de madeira. Em dado momento, sentimos correrem nossos animais, rinchando desesperadamente! Pouco depois, ouvimos um fragor terrível, com o arrombamento da porta. Quem entrou precipitadamente? Uma onça de regular tamanho, que vinha perseguindo um cão e, apanhando-o, deixou a casa em direção ao mato. (FORTINI apud DE BONI, 1979, p. 125).

Ainda sobre a fauna selvagem das cercanias e sua relação com os povoadores, javalis, cobras e outros animais fazem parte das memórias dos pioneiros. O imigrante Carlin Fabris (apud DE BONI, 1977), ao narrar a história do Povoado de Conceição, nas proximidades da Colônia Caxias, ressaltou que havia um “grande bando de Javalá (Porco selvaje) Jaguaterico, e outro animaes perigoso como cobra” na região, mas que o “intrepido Andrea”, um dos primeiros colonos locais, dizia que “o que se vince o pur si muore”.

Distantes e assustadoras, as florestas brasileiras, invariavelmente, mexiam com o imaginário desses europeus, quase todos provenientes de comunidades aldeãs, e reforçavam o “caráter inculto, selvagem, não-civilizado [sic] dos territórios americanos que deveria desbravar”. (MAESTRI, 2000, p. 37). Essa cosmovisão influenciada em muito pela própria religiosidade do italiano acabou por definir o modo como esse se inseriu e agiu no novo meio.

O mato, foco de animais temidos, como a onça descrita no relato anterior, e de bugres, *uomini selvaggi*, representação máxima do bárbaro, inculto e ateu, tinha de ser conquistado e domesticado. Em 1883, a alteração provocada pelos italianos na paisagem era ainda considerada pequena: “Não há um palmo sequer de campina no horizonte à vista, a não ser o que foi desmatado e arroteado pelos colonos”, dizia o Cônsul Enrico Perrod (apud COSTA, 1992, p. 14), concluindo que, fora isso, tratava-se de “apenas uma densa floresta, que impõe terror”. Os colonos incorporavam a missão de civilizar aquele meio hostil e caótico. Continuavam desmatando e queimando, mesmo depois de já terem erguido suas casas e cultivado as primeiras plantações, para afugentar os bugres e as feras e, principalmente, para se impor sobre o meio. Continuavam as derrubadas, não por questões econômicas inicialmente, mas por uma espécie de ética religiosa, que os mantinha vivos e unidos, mesmo sentindo-se isolados, perdidos numa região praticamente abandonada até o início da colonização.

Curioso é notar que a maioria dos pesquisadores que trataram do tema da colonização italiana no Estado, como Thales de Azevedo (1975), Olívio Manfroi (1975) e Octávio Ianni (1979), retratou muito bem a ação dessa população sobre o meio natural, mas não enfatizou as conseqüências disso sobre o ecossistema. Azevedo (1975, p. 167-178) chegou a intitular um dos capítulos de seu livro de “A adaptação ao meio”, no qual procurou tratar do que chamou “estrutura ecológica da região colonial italiana”. A abordagem, no entanto, teve um sentido diverso da que se propõe neste artigo.

Azevedo (1975, p. 167) afirma que, para compreender a estrutura ecológica da área de colonização italiana ou “o modo como a população se implantou na área e se organizou em função do meio, faz-se necessário expor os critérios que determinaram a localização dos imigrantes nas terras por onde se estendeu a colonização”. Assim, ao longo do texto, o autor trata exclusivamente de explicar, em detalhes, a estrutura dos Travessões e das Linhas, a forma como se dividiram e se compuseram os lotes coloniais, a estrutura dos barracões onde inicialmente se hospedavam os recém-chegados e os tipos de habitação construídos pelos imigrantes. Embora rica em minúcias

e bastante completa, a abordagem não trata, em nenhum momento, do impacto ambiental da colonização. E não seria exagero afirmar que nenhum, dentre os principais experts do tema, teve de fato a preocupação de analisar a devastação ambiental gerada a partir do processo migratório – e muito menos de relativizar o desenvolvimento econômico – gerado a partir da colonização.

Modelagem religiosa da paisagem colonial

A agricultura, o comércio e a indústria, especialmente as serrarias e a vinicultura, devem ser entendidos, para além de seu viés econômico, como fatores de modelagem da paisagem colonial, que se traduziu em termos religiosos a partir do domínio civilizatório imposto pelos imigrantes sobre o meio. Um exemplo claro disso é a opção italiana pela triticultura e pela vinicultura, elementos paisagísticos por excelência do Catolicismo.

Ainda no século XIX, as colônias alemãs e italianas assemelhavam-se em diversos aspectos, inclusive, naquilo que produziam em seus lotes. A proximidade com Porto Alegre, no entanto, colocava a zona germânica em vantagem, o que levou os colonos italianos e seus descendentes a buscar alternativas em atividades diferenciadas. A escolha pelas lavouras de trigo e pelas videiras não se deu por acaso: tratou-se, inclusive, de uma modelagem religiosa da paisagem local. O trigo é o ingrediente básico para o pão, e a uva é a fruta que origina o vinho. Pão e vinho, por sua vez, são essenciais às cerimônias religiosas cristãs. Aos poucos, as plantações de trigo e uva espalharam-se pela Serra e alteraram a paisagem original e, como resalta Rambo (1942[2000], p. 312), “ainda hoje, os vinhedos azulados e os trigais loirejantes constituem uma nota inconfundível da paisagem colonial planaltina”.

Poucos estudos enfatizaram o papel da religiosidade especificamente no que se refere à ação dos pioneiros sobre a Natureza – embora a maioria tenha dedicado inúmeras páginas para analisar a importância da religião católica nas zonas de colonização italiana. Quase todos compartilham do consenso de que a fé católica teria sido o elemento unificador que, como afirma Manfroi no clássico *A colonização italiana no Rio Grande do Sul* (1975), impediu a “desintegração social” do colono. É possível afirmar, no entanto, que a questão vai além disso: a fé não apenas impediu a desintegração social do imigrante e possibilitou o seu reencontro com a própria identidade cultural (como quer Manfroi), como também imprimiu nos colonos um determinado tipo de ação no mundo. Uma ação condicionada diretamente pela religião e voltada à necessidade quase vital de ordenar o caos da floresta,

de pôr abaixo a mata hostil, de afugentar os bugres e de exterminar os animais selvagens para, assim, manter a Natureza subserviente e dominada. Como escreveu o alfaiate Luigi Toniazzo (apud DE BONI, 1977, p. 18), autor de uma memória escrita em 1893 e intitulada *Mio viaggio in America*, “a natureza é perfeita em todas as coisas e parece ter sido criada para servir à utilidade do homem”.

Nesse sentido, Luis A. De Boni e Rovílio Costa em *Os italianos do Rio Grande do Sul* (1979) trazem uma interpretação interessante sobre o papel da fé naquele contexto. Os dois autores trataram do caráter cultural da cristandade, identificando a existência de um viés agrário intrínseco ao Catolicismo praticado nas colônias. Segundo De Boni e Costa (1979, p. 146),

a religião dos imigrantes italianos é também uma religião de caráter cultural, com evidente cunho agrário, cujos valores religiosos e sua expressão normativa tendem a identificar-se com os da sociedade. Chegando ao Brasil, os imigrantes sentiram-se perdidos, pois viram destruído seu mundo cultural. Aos poucos, porém, conseguiram reconstruí-lo, com as devidas adaptações e de forma espontânea, tendo por referência fundamental a sociedade rural italiana, de onde provinham. Este novo mundo girava ao redor da religião, dando mesmo a impressão de que, fora dela, não havia outra forma de vida social. Num ambiente de cristandade, privados de participação política, geográfica e culturalmente insulados entre as montanhas, lutando quase até o desespero para sobreviver fisicamente no meio da selva, foi ao redor da religião que surgiram comunidades espontâneas de relações primárias – as capelas – as quais, por um bom período, pareciam cristalizar ao seu redor as formas todas de relacionamento religioso e social.

Foram justamente as referências tomadas a partir da sociedade rural italiana que balizaram a ação dos colonos sobre as florestas com as quais se depararam no Sul do Brasil. A singularidade da imigração italiana para o Brasil meridional, particularmente o Rio Grande do Sul, advém das características do primeiro assentamento, pois os colonos lograram quase em duplicata reproduzir a nova realidade socioeconômica segundo suas expectativas em relação à “terra prometida”. (ROSOLI, 2002, p. 106).

As memórias relacionadas à terra natal, resgatadas a partir do momento em que os imigrantes “viram destruído seu mundo cultural” e expressas pela religião, orientaram sua interação com o novo meio. Uma interação, nesse caso, extremamente predatória. Isso porque, evidentemente, havia uma necessidade, inclusive simbólica, de se moldar o novo território conforme os padrões que já faziam parte do inconsciente dos imigrantes. A

sociedade rural italiana era o modelo mais próximo para aquela nova situação. Segundo Maestri (2000, p. 38), na época da imigração, o desmatamento da península itálica já estava muito avançado, e as “matas selvagens eram desconhecidas no Norte da Itália”. A religiosidade, então, adquiriu não apenas um cunho agrário, mas também devastador do ponto de vista ecológico. Daí a importância de se analisar o impacto ambiental da colonização italiana no Estado por meio de uma abordagem religiosa – e não apenas econômica.

Mesmo a intensificação do processo de migração interno, ocorrido a partir do momento em que as terras inicialmente destinadas à colonização enfraqueceram pelo abuso das queimadas, é em parte, resultado dessa ética religiosa. A incansável luta pela domesticação da Natureza, que também estava ligada ao aumento dos índices de natalidade entre as famílias imigrantes, implicaram degradação ambiental. Jean Roche (1969) já identificava a existência de uma semelhança metafórica entre a crescente migração nas áreas de colonização alemã e o processo da enxameação na apicultura. Esse mesmo quadro pode ser facilmente detectado na zona ocupada pelos imigrantes italianos. Azevedo (1975, p. 104-105) perceberia isso ao afirmar que “o surgimento de novas colônias e a presença de números significativos de italianos fora da área inicial de fixação resulta de um processo já verificado com os alemães”. O mesmo ecológico push observado, portanto, nas colônias alemãs se repete com a enxameação italiana à medida que, como notaram De Boni e Costa (1979, p. 99),

o sistema de cultivo, imitando nisto a colonização alemã [...], era da derrubada e queimada da mata, adotando-se depois o rodízio de cultura de tal modo que uma parte da propriedade sempre “descansasse”, recobrando-se de capoeira que, posteriormente, seria cortada e queimada, repetindo-se a operação inicial.

Roche (1969, p. 296) também acentua a irresistível predileção dos colonos pelo ferro e fogo como técnicas de domínio da Natureza. Dessa forma, a terra desmatada era pouco a pouco “esgotada pela técnica do fósforo” (MANFROI, 1987, p. 179), deixando de ser almejada pelos filhos dos pioneiros. Foi assim que “a rotação de terras no lote colonial tornou-se, pela ação dos imigrantes italianos e seus descendentes, uma rotação de colônias nos territórios ainda desertos do Rio Grande do Sul, do Oeste catarinense e paranaense”. (MANFROI, 1987, p. 179).

O relato do imigrante Júlio Lorenzoni (1975, p. 65) demonstra claramente a destruição ambiental provocada pela colonização, à medida que detalha o modo como era preparada a terra: “Primeiro eram cortadas as árvores inúteis e plantas rasteiras, macegas, ervas daninhas, etc., deixando

somente o que servisse para sombra e as árvores com mais de 10 centímetros de diâmetro. Isto era feito no espaço de uma hectare, mais ou menos.”, dizia ele. Depois, continuava: “Os homens começavam a derrubada das árvores maiores, de maior porte, algumas das quais requeriam o trabalho de um dia ou mais para serem abatidas.”

O colono Paolo Rossato, em carta destinada ao pai, datada de 24 de abril de 1884 (apud DE BONI, 1977, p. 35), também ensinava os pormenores da devastação ambiental. Ao que parece, seguiam a mesma linha já evidenciada por Lorenzoni. De acordo com Rossato,

cortar o bosque, ou o mato, como queiram, é feito da seguinte maneira: Inicialmente toma-se uma foice de cabo comprido e cortam-se os caniços e as plantas pequenas. Caniços são aqueles cabos de sombrinhas que vêem [sic] de Valdagno, e que dizem aí serem de cana-de-açúcar. Depois, cortam-se todas as árvores maiores. E, depois de cortadas, deixam-nas lá por um mês, após o qual é posto fogo. Queimam-se as folhas, os caniços e os ramos mais finos. As toras menores e os galhos são então colocados em montes e queimados. Isto eu ainda tenho que fazer. Depois, semeia-se o trigo entre as toras, cobrindo-o com a enxada, e ele cresce sem que seja necessário outro trabalho.

O fato de as árvores, depois de cortadas, como revela Rossato, ficarem jogadas ao solo por um mês para, então, serem queimadas evidencia a constatação de que a derrubada não tinha fins econômicos inicialmente. A madeira derrubada não era vendida. Era deixada ao léu.

Em outra carta, de 7 de maio de 1884, Rossato (apud DE BONI, 1977, p. 40) volta a tratar do assunto, reforçando que “o sistema de trabalho agrícola aqui na América é o seguinte: corta-se o mato, que é bosque, e depois ele é queimado”. Não satisfeito, o colono novamente orienta os familiares, que também pretendiam migrar ao Estado, sobre as minúcias do trabalho:

Arde todo o material menor, ardem as folhas e os caniços. Os ramos mais grossos, a gente corta com o machado, começando por um lado e fazendo depois um monte e queimando-os. As toras maiores são deixadas no solo para que apodreçam por si, e entre elas semeia-se. (ROSSATO apud DE BONI, 1977, p. 40).

A última frase retoma a idéia de que a madeira ainda não era motivo de ganhos econômicos, embora em outra correspondência dirigida ao pai, no mesmo ano, Rossato (apud DE BONI, 1977, p. 35) exaltasse as possibilidades econômicas naturais de suas terras. Escrevia ele: “Caro pai, você deveria ver que bela colônia comprei! Está bem colocada e deve ser boa. E se visse quanta lenha existe nela! Em Valdagno seria rico quem tivesse tanta madeira.”

Além de pequenas e médias árvores, trepadeiras e arbustos, como atesta Rambo em *A fisionomia do Rio Grande do Sul* (1942 [2000]), a região serrana apresentava aos italianos uma outra e valiosa particularidade: a *araucaria angustifolia*. Em grande número, essa conífera, que hoje corre o risco de extinção, era preponderante na fisionomia vegetal da região e, ainda conforme Rambo (1942 [2000], p. 265), “deveria chamar-se de hóspede estranho na vegetação rio-grandense, ou ainda sul-brasileira, tão marcada é a diferença em comparação com as outras árvores”. Essa diferença manifestava-se principalmente pela “predominância absoluta do tronco em relação aos galhos e à copa” e pela própria linearidade do caule, “raras vezes torcido ou desviado da linha vertical”. Não por menos, centenas dessas “princesas da floresta”, como as denominam Avé-Lallemant (1858), caíram a golpes de machado e acabaram munindo as serrarias criadas pelos italianos. Cabe lembrar, também, que as araucárias não fazem parte da paisagem sul-rio-grandense inferior a trezentos metros de altitude. Como o povoamento luso-brasileiro inicial, ocorreu, nas regiões baixas, a destruição das florestas de araucárias que começou basicamente na segunda metade do século XIX, justamente com a imigração e a colonização italianas na Serra geral.

Mesmo que à época da imigração grandes florestas já não existissem mais na península itálica, muitos colonos trouxeram consigo técnicas de exploração madeireira bastante desenvolvidas. Como atesta Maestri (1999, p. 204), “havia séculos, nas regiões montanhosas do setentrião italiano, desenvolvera-se uma importante atividade madeireira”. Ainda, segundo ele, “no Trentino, desde os anos 1200, aproveitava-se a força hidráulica nas primeiras serrarias da região”. O imigrante Paolo Rossato, numa carta escrita à família em 27 de dezembro de 1883 (apud DE BONI, 1977, p. 32), atesta essa informação. Escrevia ele que “no rio da nossa colônia pode-se montar um moinho e uma serraria movida à água”.

A introdução das serrarias na região serrana do Rio Grande do Sul se deu de forma gradual. No início, as derrubadas não tinham fins econômicos. As toras só passaram a ser aproveitadas anos mais tarde. Apesar disso, as serrarias tiveram importância fundamental no desmatamento da zona colonial, especialmente no corte da araucária, árvore típica da região e cujo bioma é exclusivo no Brasil meridional. Como ressalta Herédia (1999, p. 398), “a extração da madeira foi o sustentáculo da indústria extrativa e manufatureira tendo um rápido desenvolvimento na região”. Em 1892, havia 13 serrarias na Colônia Caixas. Em 1932, a indústria da madeira já contava com 42 estabelecimentos e com 169 operários, segundo dados do Censo Municipal daquele ano. Dezesesseis anos mais tarde, o número de estabelecimentos do tipo passaria a 61, e o número de funcionários, a 550. (HERÉDIA, 1999, p. 81).

Aos poucos, além das serrarias, também os moinhos se fizeram presentes na paisagem serrana, como aponta o imigrante Carlin Fabris (apud DE BONI, 1977), ao narrar a história do Povoado de Conceição, em Caxias do Sul. Semi-analfabeto, em uma mistura de dialeto italiano e de português, Fabris relatava que, por volta de 1884, Andrea Dani já havia desmatado uma área à margem do rio Belo, mas que “não satisfeito com isto sempre cona ideia de progredir derrubou a outra margem do mesmo Rio para construir um Moinho que era necessario”. Segundo Pellanda (1950, p. 57), no final do século XIX, a Vila de Caxias contava com várias “serrarias [...], moinhos, curtumes, fábricas de cerveja, licores, gasosa, chapéus, obras de vime, pó inseticida, sabão, além de ferrarias, funilarias, marcenarias, sapatarias, alfaiatarias, tanoarias, selarias, lombilharias, alambiques e teares”. O crescimento desses estabelecimentos comerciais e das atividades manufatureiras e industriais na região continuou nas décadas seguintes. Cabe salientar que boa parte da energia, empregada nessa fase inicial da industrialização, foi a madeira. Com a urbanização, o uso domiciliar de lenha também aumentou – até 1930, a madeira era utilizada em quase todas as casas para cozinhar e aquecer. As cidades cresciam consumindo as florestas ao seu redor.

Nas primeiras décadas do século XX, houve também o crescimento da indústria do vinho, redundando na centralização dos capitais comerciais envolvidos na vinicultura com a Sociedade Vinícola Rio-grandense Ltda. (TAVARES, 1992, p. 140). Embora não tenha introduzido no Estado a produção de trigo, de vinho e de milho, a colonização italiana contribuiu muito para expandir tais atividades, até então realizadas em menor escala. (DE BONI, 1979, p. 99). Segundo Rambo (2000, p. 312), “em toda parte, onde o descendente da Itália põe o pé, brota, como por encanto, a videira, estendendo sua folhagem sobre os troncos carbonizados das derrubadas, pesada de cachos”. O cultivo da uva, que em 1920 já cobria 11.380 hectares de terras, passando para 47.682 na década de 70, por certo influenciou na alteração da paisagem local.

Os resultados dessa orientação religiosa já seriam exaltados, em 1883, pelo jornalista e deputado Carl von Kosertiz (apud AZEVEDO, 1975, p. 137), que publicou, na Gazeta de Porto Alegre, uma ode ao trabalho realizado pelos italianos:

Fomos daqueles que receberam a imigração italiana com um certo grau de desconfiança. O que ali se criou entretanto, no espaço de seis anos, parece-nos um sonho das Mil-e-Uma-Noites. Manda a justiça confessar que a colonização norte-italiana é excelente, que progride com extraordinária rapidez, que é altamente inteligente e industrial, afazendo-se com facilidade às condições de nossa vida

sul-americana. Quem atravessa as 3 grandes colônias italianas do Estado, como nós atravessamos, e vê as numerosas roças que foram abertas no mato virgem, as parreiras, sem-número e sem-conta, as bem construídas casas de tábuas, os numerosos moinhos, fábricas de vinho, cerveja e aguardente, fábricas de móveis de madeira e palha, os teares, as oficinas, que existem por toda parte, fica realmente surpreendido por tão extraordinário progresso.

Essa visão apologética da colonização italiana sobre a paisagem serrana também se faz presente no prefácio do *Contributo alla storia della presenza italiana in Brasile* (1975), livro lançado em comemoração ao primeiro centenário da imigração, pelo Istituto Italo-Latino Americano: “Attualmente, a cento anni di distanza, il quadro è profondamente mutato: la foresta vergine è stata sostituita da campi fertili, piantagioni modello, industrie di trasformazione dei prodotti agricoli, soprattutto vinicole e cerealicole.”

Omissão e negligência: o papel do poder público frente à devastação ambiental

O impacto ambiental verificado na região a partir da colonização não foi resultado exclusivo da ação direta dos colonos sobre o meio ambiente – seria deveras simplista e bastante discutível – considerar apenas esse fator em face da complexidade dos processos ligados à degradação de ecossistemas. Pode-se afirmar, ainda, que a negligência e mesmo a cumplicidade do poder público frente à destruição ambiental tiveram parte nesse processo. Os relatórios provinciais revelam que a competência estatal para regulamentação e controle da exploração do meio ambiente de fato não se efetivou. Exemplos disso são fartos e podem ser observados mesmo antes do início do fluxo migratório em direção à encosta da Serra.

Já em 1864, no relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Domiciano Leite Ribeiro, torna-se evidente essa constatação. Embora reconhecesse a necessidade de se modificar a relação com a terra (essencialmente extrativista e dilapidadora, marcada pelo uso intensivo da queimada e pela superexploração do solo), Ribeiro admitiu a incapacidade estatal para reverter o problema:

O lavrador entre nós é um nômade, que hoje cria e destrói aqui, para amanhã criar e destruir acolá. O valor de uma propriedade rural cresce até certo ponto, tocado o qual decresce necessariamente até reduzir-se a nada. A respeito dos municípios mais florescentes pode-se dizer que o dia da sua maior prosperidade é a véspera de sua decadência. O solo é um ente que nasce, vive e morre como

qualquer mortal, e que muitas vezes, nem mesmo tem a duração de um homem. Em quanto, pois, não soubermos aproveitar as terras cançadas, nem a propriedade terá fixidade, nem o paiz verdadeira civilização. Mas como chegar a este desideratum? O braço do governo infelizmente é muito fraco para obter tamanho resultado, que só se pode esperar da iniciativa e esforço individual. (RIBEIRO, 1864, p. 4).

Em geral, o que se percebe a partir de uma leitura mais cuidadosa dos documentos oficiais da época é que o futuro da província dependia basicamente da transformação das até então abundantes “matas incultas” em territórios “civilizados”, onde o caos da floresta sucumbisse à ordem, à racionalidade, ao domínio humano – à agricultura, considerada um símbolo da presença e da engenhosidade do être humain. A Natureza devia ser não apenas subserviente, mas também utilizada de forma racional como qualquer outro recurso. Com o advento da industrialização e do colonialismo, como destaca Shiva (2000, p. 300), a Natureza passaria a ser considerada nada mais do que um “repositório de matérias-primas”, uma fonte “infindável” de recursos meramente funcionais, destinados à produção de mercadorias. Essa tendência pode ser verificada em inúmeros relatórios provinciais, entre eles o relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1875), assinado pelo presidente João Pedro Carvalho de Moraes. Segundo ele, era preciso atrair, mesmo contra a vontade dos governos europeus, trabalhadores que auxiliassem a “desenvolver os elementos de prosperidade que nos offerecem o nosso solo”. (MORAES, 1875, p. 30). Em 1881, o então presidente Henrique D’Avila (1981) escreveria que, antes de mais nada, era “necessário preparar o terreno para receber e ficar a torrente emigratoria, para ligar ao solo com o animo de nelle fixar residencia permanente o estrangeiro” (p. 43).

Em novembro 1888, em sua fala dirigida à Assembléia Legislativa, o vice-presidente provincial Barão de Santa Thecla (1888), convencido de que “os objectos que devem de preferênciã attrahir a attenção dos poderes públicos são a immigração e a colonisação”, afirmava que “nossas colonias distinguiam-se pela sua actividade e pela prosperidade que d’ahi emanava para a agricultura, para a indústria e para o commercio”. Segundo ele, “se o regimen da pequena propriedade e do trabalho livre se foi estabelecendo pouco a pouco entre nós, deve-se isso a colonisação”. As “modernas colonias Conde d’Eu, D. Izabel, Caxias e Silveira Martins” eram, de acordo com o relato (p.16-19), exemplos disso.

Apesar de ressaltar a satisfação pela gradativa “passagem da industria pastoril para a agricultura”, o governante alertava para o fato de que o número de imigrantes vinha diminuindo – o que, sem dúvida, prejudicaria

o plano estatal de civilizar as áreas verdes da província, refúgio de feras. Em conseqüência disso, o político afirmaria ainda que “um único recurso resta à província para fugir ao empobrecimento e à ruína que a ameaçam: é atirar-se à agricultura e cobrir de sementeiras e searas grande parte dos terrenos incultos e mesmo muitas terras de campo”. Conforme o relato, inclusive culturas consideradas até então secundárias, devido à baixa rentabilidade, se desenvolveriam quando a população se tornasse mais numerosa e quando fossem “cultivadas com actividade a maior parte das mattas das serras”. Assim, para o Barão, “nenhum trabalho, nenhum esforço dos legisladores e administradores da Província lhes poderá dar maior satisfação em um futuro próximo e maior direito à gratidão das gerações por vir”. (1888, p. 19).

A atenção voltada às futuras gerações – por ironia, hoje fortemente vinculada ao conceito de desenvolvimento sustentável, processo que busca garantir as necessidades das gerações futuras – surge novamente ao final do referido relatório. Para o vice-presidente, “tudo o que neste sentido autorisar e decretar a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul será obra de patriotismo que melhorará as condições de vida para as gerações próximas”. A partir dessa conclusão, percebe-se que a idéia de sustentabilidade, de fato, não predominava no discurso político da época, com raras exceções, como José Bonifácio de Andrada e Silva e Baltasar da Silva Lisboa. Em seu discurso, o Barão de Santa Thecla não avaliou os custos ambientais do desenvolvimento. A queima das florestas dava espaço às lavouras. O ciclo repetia-se a cada safra, e a terra passava, pouco a pouco, a dar mostras de exaustão, até ser completamente inutilizada. Novas áreas, então, sofriam o mesmo processo. Mesmo que na Europa cientistas de renome, como Vandelli e Humboldt, já atentassem há algum tempo para os problemas advindos de práticas como essa, entre a maior parte dos integrantes do poder público brasileiro reinava o despreparo e a negligência. Claro está que a colonização européia no Estado teve uma profusão de efeitos não premeditados pelos promotores e organizadores desse empreendimento. E as mudanças ambientais imprevisas no projeto de colonização também não vêm sendo contempladas pela historiografia regional.

A preocupação quanto à devastação do meio ambiente surge ainda em outros documentos, de maneira constante, não só no que se relaciona à demarcação dos lotes, que já envolvia a derrubada de inúmeras árvores, como à abertura de estradas. Em setembro de 1875, João J. Ferreira, em ofício à Diretoria de Obras Públicas referente à construção da estrada para a Colônia Conde d’Eu, reclama de 30 franceses contratados para trabalhar no empreendimento por não saberem utilizar devidamente o machado e a foíce. Escrevia Ferreira (1875):

Não faltando a estes boa vontade para o trabalho, falta-lhes o habito de manejarem a foice e o machado, instrumentos, que despresando para cortarem com faca ou facão. Dessa forma, no fim do dia tinhão feito apenas uma quadra de roçada, e V. Ex^a pode ajuizar que enorme quantia me seria preciso para pagar-lhes uma extensão de seis láguas e meia. (p. 1).

A preocupação em adiantar a obra e em diminuir os custos também tinha relação, segundo Ferreira, com a época das derrubadas de mata por parte dos colonos. Segundo ele, a estrada tinha de ficar pronta em tempo hábil, porque havia “a necessidade de dar logo posse aos colonos em seus prazos, para aproveitarem o tempo próprio de derrubar e fazer as suas plantações”.

Três anos mais tarde, outra estrada ganharia espaço no relatório provincial, dessa vez assinado pelo presidente Francisco de Faria Lemos. Tratava-se das obras da estrada da Colônia Caxias. Conforme Lemos, o trabalho estava sendo feito na “escarpa da serra”, sendo que “a derrubada e limpa de madeiras” estavam sendo realizadas por colonos, que, aos poucos, começavam “a aprender a manejar o machado e a fouce”. (1878, p. 35). Além disso, em visita à região onde era construída a obra, o presidente avaliou com satisfação a existência de uma abertura na mata. “Chamo a atenção”, escrevia ele, “para a grande conveniencia de aproveitar-se uma picada, que foi aberta para exploração entre a colonia de Caxias e a de D. Isabel”, a qual, segundo Lemos, “convertida em estrada de rodagem, estabelecerá com muitas vantagens facil communição directa entre aquellas duas colonias”. (1878, p. 35).

Outro relatório da Repartição de Obras Públicas Provinciais, escrito pelo diretor José Francisco dos Santos Queima, em 1886, sugere a implantação de linha férrea de Conde d’Eu e Dona Isabel até São Francisco de Paula. Nesse documento, o autor afirma que “são bem conhecidas as riquezas da opulenta região serrana que, por falta de vias de comunicação, ficam completamente perdidas”. (1886, p. 93). Ainda segundo ele,

o atraso em que se acham os povos que habitam a mais rica parte da provincia do Rio Grande do Sul tem por causa a difficuldade dos transportes, instrução pública, administração da justiça, communicações postais, industria e commercio, tudo, enfim, que aproxima os homens e tornam mais valiosos os interesses, está ali na maior decadencia, quando essa região possui os melhores elementos para remunerar os capitaes que, por meio da viação ferrea, foram fomentar a sua produção. (1886, p. 94).

A estrada de ferro representava a modernidade e, como tal, a civilização. No intuito de afirmar o progresso para a região serrana, o documento exalta as futuras vantagens do projeto. Entretanto, não atentava para a questão ambiental, para o impacto que a obra causaria. Foram relativamente poucos os representantes do governo brasileiro que se preocuparam com a degradação do meio ambiente no decorrer dos séculos XVIII e XIX no Brasil. Praticamente inexistentes, as críticas à devastação ambiental eram de certa forma relegadas ao segundo plano, menosprezadas e suprimidas frente à noção de progresso dominante na época. Conforme Pádua (2002, p. 50), o domínio humano sobre a Natureza e a busca incondicional pelo avanço tecnológico eram as marcas do pensamento ilustrado, que se difundia pela Europa e pelas colônias do além-mar. Frente à abundância e às riquezas aparentemente ilimitadas, “a terra era para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente”. (PÁDUA, 2002, p. 76).

Considerações finais

O desmatamento pode ser analisado por meio de inúmeros tipos de abordagem historiográficas. Além do tradicional, que se configura principalmente a partir da história econômica e que, de certa forma, justifica a imperiosa necessidade do desmatamento para a implantação das colônias, há novas formas de abordagem. Entre elas, destacam-se a eco-história e a história das paisagens, que enfatizam o desmatamento como uma relação intercultural entre sociedade e meio ambiente, e não mais meramente econômica.

Nesse sentido, o paradigma da sustentabilidade que orienta essas abordagens ecológicas de investigação histórica, permite uma reflexão crítica sobre o uso e a apropriação dos recursos naturais pelas gerações passadas, atribuindo a elas a devida responsabilidade pela disponibilidade dos atuais recursos naturais. Mesmo a negligência e a cumplicidade do poder público frente à destruição ambiental, aqui tratadas de maneira introdutória, sugerem uma revisão historiográfica. Os relatos de viajantes e memórias de imigrantes também informam uma série de fatos que inferem a incapacidade e a ausência estatal em questões ligadas à gestão ambiental.

Assim, uma nova escrita da história pode contribuir para uma conscientização ecológica da dimensão histórica de certos problemas atuais, entre eles, a poluição ambiental. A partir disso, é possível ainda rever certas tradições tecnológicas, valorizando aquelas reconhecidas como efetivamente ecológicas.

Embora a historiografia brasileira contemporânea venha subestimando a questão ambiental e a própria ecologia, o presente artigo procurou demonstrar que essa lacuna pode e deve ser preenchida. A história ecológica da colonização italiana no Rio Grande do Sul representa uma nova perspectiva no estudo do desenvolvimento regional.

Referências

- FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS. IMIGRAÇÃO ITALIANA: ESTUDOS, 1 e 2., 1979, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela província do Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975.
- BRÛSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- CAMPOS NETO. *Aristides Germani: uma vida exemplar de persistência e operosidade*. Porto Alegre: Tipologia Santo Antônio do Pão dos Pobres, 1939.
- CAVALCANI, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas de realização econômica. In: _____. (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- CONTRIBUTO alla storia della presenza italiana in Brasile in occasione del primo centenario dell'emigrazione agricola italiana nel Rio Grande do Sul (1875-1975). Roma: Istituto Italo-Latino Americano, 1975.
- COSTA, Rovílio et al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. Os italianos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1979.
- DE BONI, Luis A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987. v. 1, 2, 3.
- _____. *La Merica*. Caxias do Sul: Educs, 1977.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olegário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- FABRIS, Carlin. História de Conceição. In: DE BONI, Luis A. *La Merica*. Caxias do Sul: Educs, 1977.
- FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. *Revista de Ciências Sociais e Econômicas Ratzes*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande, v. 21, n. 2, jul./dez. 2002.
- FOLDARI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. Condições socioeconômicas do processo de industrialização no município de Caxias do Sul. In: *Imigração Italiana e Estudos Ítalo-*

- Brasileiros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA e FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS, 9., Caxias do Sul, 1999. *Anais...* Caxias do Sul: Educus, 1999.
- DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Org.), 1999, p. 396-412.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- IMIGRAÇÃO ITALIANA E ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA e FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS, 9., Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: Educus, 1999. DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria B. Pinheiro (Org.).
- MAESTRI, Mário. A travessia e a mata: memória e história. In: Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA e FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS, 9., Caxias do Sul, 1999. *Anais...* Caxias do Sul: Educus, 1999. DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria B. Pinheiro (Org.).
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPE, 2000.
- MANFROI, Olívio. Italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul/IEL, 1975.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- PÁDUA, José A. de. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1950.
- RABUSKE, Arthur. *Os inícios da colônia italiana do Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães*. Caxias do Sul: Educus, 1978.
- RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. 3. ed. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2000.
- RAMPAZZO, Sônia E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, Unisc, v. 1, n. 2, dez. 1996.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROSOLI, Gianfausto. A experiência da imigração italiana no Rio Grande do Sul na literatura italiana. *Revista Métris*, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 95-134, jan. 2002.
- SACHS, Wolfgang (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- SUNKEL, Osvaldo. A sustentabilidade do desenvolvimento atual na América Latina. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS,

Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Ed. da Unesp/Edusp, 2001.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional/Brasiliense, 1980. v. 250.

Documentos históricos utilizados:

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Domiciano Leite Ribeiro, 1864, p. 4. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, assinado pelo presidente João Pedro Carvalho de Moraes, 1875, p. 30. In: *site* Universidade de Chicago. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/immigr.html>. Acesso em: out. 2004.

Ofício sobre as obras na estrada para a Colônia Conde D'Eu, da Diretoria de Obras, assinado por João J. Ferreira, em Porto Alegre, em 18 de setembro de 1875. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatório Provincial assinado pelo presidente Henrique D'Avila, 1881, p. 43. In: *site* da Universidade de Chicago. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/immigr.html>. Acesso em: out. 2004.

Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo vice-presidente da província, Barão de Santa Thecla, 1888, p. 16-19. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Repartição de Obras Públicas Provinciais em Porto Alegre. Relatório assinado pelo diretor José Francisco dos Santos Queima, 1886, p. 93-94. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.